

OS DEVERES DO ROMANCE PARA COM A NAÇÃO

Prof. Dra. Valéria Augusti (UFPA)¹

Resumo:

Nas décadas de 30 e 40 do século XIX o romance já havia obtido ampla aceitação entre o público leitor brasileiro. Em sintonia com as discussões acerca do gênero que vinham sendo feitas na Europa, parcela da crítica literária atribuiu-lhe um destino popular, bem como uma finalidade instrutiva e moralizadora. Partindo desse pressuposto, buscou orientar as escolhas do público leitor, indicando-lhe os autores estrangeiros cuja leitura seria recomendável. Tendo isto em vista, a presente comunicação procura entender as razões dessas escolhas, que recaíram fundamentalmente sobre aqueles que aproximavam o romance do gênero épico e da história.

Palavras-chave: recepção crítica, romance histórico, público leitor

Nem sempre o romance contou com o prestígio literário que hoje lhe atribuímos. Em certa medida, pode-se dizer que sua valorização resultou de um amplo debate sobre as finalidades a que poderia servir e também da elaboração de categorias de análise destinadas a avaliar os exemplares do gênero, hierarquizando-os do ponto de vista qualitativo.

Foi justamente a ausência de tais categorias que acabaram por orientar várias das representações sobre o gênero que tiveram voga até pelo menos meados do século XIX. Aos olhos da crítica brasileira desse período, o romance não podia, de fato, rivalizar com os gêneros lírico, dramático e épico. Estes, tal qual se acreditava, serviam a finalidades muito nobres, como formar o estilo e conduzir o leitor à erudição. Para que isso ocorresse, no entanto, requeria-se um tipo de prática de leitura marcada por exaustivas etapas que começavam com o domínio das preceptivas destinadas ao conhecimento das regras de composição de cada um dos gêneros literários. Para isso é que existiam os tratados de retórica e poética, os quais mediavam o contato do leitor com o texto propriamente dito (ABREU, 2003). Evidentemente, tais práticas de leitura resultavam de um custoso ensinamento, de que resultava o fato de serem apanágio de grupos sociais muito restritos, como bem observou Roland Barthes a respeito das artes retóricas. (BARTHES, 1975)

Não é preciso muito esforço para perceber que o romance acabava ficando em posição desvantajosa se comparado aos gêneros tradicionais, já que marcado pela ausência de qualquer preceptiva. Em contrapartida, o que lhe faltava em nobreza, sobrava-lhe em popularidade. Ao prescindir de uma série de operações normatizadas as quais deveriam necessariamente anteceder a leitura, tornava-se acessível a qualquer um que porventura o desejasse ler e, por que não, ouvir, como o faziam mãe e tias de José de Alencar. (ALENCAR, 1873) Evidentemente, os leitores agradeciam e retribuíam à altura, consumindo quantia significativa de exemplares do gênero, os quais vindos da Europa, aportavam sem cessar nas terras brasílicas. Mas aos guardiões do gosto e das belas letras isso não era algo digno de ser elogiado, pelo contrário. Foi assim que, refletindo sobre esse gênero desprovido de *pedigree*, resolveram dar-lhe algum crédito, já que não havia muito o que fazer. Em primeiro lugar, trataram imediatamente de atribuir-lhe uma finalidade adequada a esse público que lhes parecia voraz e anônimo. Como também não havia muita dúvida de que o romance destinava-se ao “povo”, termo certamente utilizado para marcar a suposta falta de refinamento cultural dos leitores que o consumiam de forma extensiva, os homens de letras acharam por bem destiná-lo à instrução e moralização dessa massa inculta:

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novellas e as histórias, que tanto delectavam nosso paes. É uma leitura agradável, e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar instruir o povo fazendo-lhe chegar ao conhecimento de algumas verdades metaphysicas, que aliás escapariam a sua compreensão. (PINHEIRO, 1855, p. 17)

Tal finalidade soava-lhes mais acertada ainda quando consideravam a possibilidade de o gênero surtir efeitos significativos sobre as condutas dos leitores. E essa crença, a essa época, já se encontrava consideravelmente estabelecida. O raciocínio era lógico: se o romance podia de fato desencaminhar o leitor das veredas da virtude, por que não o contrário? E foi assim que o preceito horaciano *utili dulci* tornou-se lanterna de proa a partir da qual se preconizava dever o romance necessariamente se conduzir. Ainda assim, a ampla divulgação do *roman-feuilleton* na imprensa brasileira nas décadas de 30-40 causava preocupação. Temia-se que o romance, respondendo à demanda da imprensa periódica, se esquecesse de educar o “povo”:

O romance he pois nascido em tempos mais recentes; e se o considerarmos no pé em que está hoje, elle he genuino filho deste século. Sentio huma necessidade que se pronunciava; votou-se a prehenchel-a e fez-se huma potencia. Esposando a imprensa jornalística tornou-se hum colosso; mas com dolo(sic) ou sem elle, ambos se enganaram: o jornalismo veio a ser exigente; o romance para satisfazel-o desenvolvem (sic) fertilidade espantosa – e o aborto começou. Tendo de satisfazer hum gosto que se depravava elle se depravou também; esqueceo-se de que devia fazer a educação do povo, ou pelo menos que podia aproveitar o seu prestigio para isso. Penetrando na cabana humilde, na recamara sumptuosa, no leito da intelligência, no aposento do fausto, perdeu de vista o fanal que devia guial-o; deslembrou-se de levar a toda a parte a imagem da virtude a consolação mitigadora, a esperança e o horror ao vicio. (Dutra e MELLO, 1844, p.747)

A despeito dos temores acerca das más escolhas que o leitor porventura viesse a fazer, ou até mesmo em virtude deles, foi que parcelas da elite letrada, sobretudo aquelas envolvidas com a construção da literatura nacional, passaram a estabelecer distinções no conjunto da prosa de ficção estrangeira que circulava no Brasil àquela época. O repertório disponível nas páginas dos jornais brasileiros era bem diversificado, compreendendo obras de Walter Scott, Balzac, Victor Hugo, Eugène Sue, além de romances marítimos e uma infinidade de folhetos, muitos dos quais de prosa ficcional mais antiga como *História da Donzela Teodora*, *História da Imperatriz Porcina* e *História do Imperador Carlos Magno*, entre outros.(SÜSSEKIND, 1990)

Frente a tão ampla oferta, passaram a desaconselhar sobretudo a leitura de romances com intrigas amorosas as quais se imaginava desviar as mulheres de suas atividades domésticas e estimular-lhes a aquisição de idéias eróticas. (GAMA, 1837) Romancistas profícuos de folhetim como Eugène Sue foram considerados autores cuja leitura seria no mínimo desaconselhável. Em contrapartida, aqueles que se dedicavam ao romance histórico - como Walter Scott, Alexandre Herculano, Alfred de Vigny e Cooper - , devidamente acompanhados por ícones do romantismo europeu - como Chateaubriand e Goethe - , faziam parte de um seleto grupo ao qual se dava crédito significativo. O entusiasmo com tais romancistas era de tal ordem, que Pereira da Silva, membro do prestigiado Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), aconselhava veementemente a leitura das obras de Walter Scott pelas jovens senhoras brasileiras:

O homem, que mudou inteiramente a forma dos romances, e lhe imprimiu certo espírito histórico, certos tipos de belo ideal, foi Walter Scott. [...] Este homem, enter-

rando-se nas crônicas escocesas, e nos clãs, que habitam as montanhas geladas desse pitoresco país, arrancou tão belos sons, tão lindos episódios, que formam o encanto do bello sexo na Europa. E se há alguma coisa de que nos espantemos, é que as nossas jovens senhoras [...] não tenham ainda tido os romances desse Homero escocês, porque ainda não se traduziram na língua portuguesa, aliás tão cheia de maus romances e de péssimas novelas. (SILVA, 1837 apud SOARES, 2003, p.45)

As preferências de Pereira da Silva pelo romance histórico estavam longe de ser pessoais. Joaquim Norberto de Souza e Silva, membro do IHGB e autor do *Bosquejo da História da Poesia Brasileira*, assim como Dutra e Mello, que em 1844 publicara crítica sobre o romance *A Moreninha*, nutriam opiniões semelhantes a respeito desses autores. O primeiro afirmava que *Paulo e Virgínia*, de Bernardim Saint Pierre e *René e Atala* de Chateaubriand seriam romances capazes de instruir o público leitor e ao mesmo tempo deleitá-lo, finalidades estas que, na sua opinião, Alexandre Dumas, em *O Conde de Monte Cristo* e Eugène Sue, em *Os Sete pecados mortais* não cumpriam. Dutra e Mello, por sua vez, considerava Walter Scott, Alexandre Herculano, Alfred de Vigny, Goethe e Hugo, os melhores autores modernos de romances, capazes de produzir “páginas tocantes e gloriosas”, levando-o a desejar que se desenvolvesse no Brasil uma prosa de natureza semelhante. (DUTRA E MELLO, 1844)

O que possuíam esses romancistas estrangeiros para que fossem postos à parte em meio ao sem número de outros autores que aportavam no Brasil a essa época? Por quais razões certos homens de letras os preferiam aos demais, considerando-os modelos a serem seguidos pelos escritores brasileiros? Acreditamos, pois, que razões de ordem estética e de ordem política orientavam essas escolhas.

O prefácio de *Atala* (1801), de Chateaubriand, fornece pistas para compreender algumas dessas escolhas. Esclarecia que sua obra teria sido escrita na América, em uma cabana no deserto, a partir de manuscritos que houvera produzido. O romance, afirmava, talvez não agradasse ao público leitor, pois se desviava das “rotas conhecidas”, apresentando uma natureza e costumes estranhos à Europa. Em contrapartida, observava, em sua composição respeitara “*les formes les plus antiques*”, fazendo dele uma espécie de poema, metade descritivo, metade dramático, por meio do qual procurara pintar dois amantes solitários em um deserto:

J'ai donné à ce petite ouvrage les formes les plus antiques; il est divisé en prologue, récit et épilogue. Les principales parties du récit prennent une dénomination, comme les chausseurs, les laboureurs, etc; et c'était ainsi que dans les premiers siècles de la Grèce, les Rhapsodes chantaient, sous diverses titres, les fragments de l'Iliade et de l'Odyssée. Je ne disimule point que j'ai cherché l'extrême simplicité de fond et de style, la partie descriptive exceptée; encore est-il vrai, que dans la description même, il est une manière d'être à la fois pompeux et simple. Dire ce que j'ai tenté, n'est pas dire ce que j'ai fait. Depuis longtemps je ne lis plus qu'Homère et la Bible; heureux si l'on s'en aperçoit, et si j'ai fondu dans les teintes du désert, et dans les sentiments particuliers à mon coeur, les couleurs de ces deux grands et éternels modèles du beau et du vrai. (CHATEAUBRIAND, 1801 apud COULET, 1992, p. 230)

Se por um lado o cenário e os personagens não eram europeus, podendo causar estranheza aos olhos de certos leitores, por outro, a arquitetura de *Atala* estabelecia uma linha de filiação com um dos gêneros de grande prestígio da Antiguidade Grega, a Epopéia. (BONENFANT, 2007)

No contexto de construção identitária das nações da América, como era o caso do Brasil, o romance de Chateaubriand provavelmente foi interpretado como uma espécie de discurso legitimador do Novo Mundo pela velha Europa. Os homens de letras brasileiros que tanto admiravam os romances de Chateaubriand pertenciam sobretudo ao grupo que se reunia nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB), todos eles diretamente envolvidos com a pesquisa de documentos capazes de possibilitar a escrita de uma história para a jovem nação. Assim, a pertença a esse grupo explica em grande medida suas preferências, pois em Chateaubriand podiam encontrar uma espécie de combinação do ideário romântico que servia de suporte à construção da nacionalidade brasileira e de sua literatura, bem como os ditames da tradição clássica, conforme os quais haviam sido formados. Nesse sentido, tanto suas obras quanto as de Walter Scott, permitiam uma aproximação de gêneros literários consagrados como a Epopéia e a História, que à essa época tinha o seu lugar garantido entre as Belas Letras. No caso particular do romance histórico, havia ainda a possibilidade de engajamento direto do gênero no projeto de construção da identidade nacional, algo vislumbrado inclusive pela crítica europeia. Era por esse viés interpretativo que Victor Hugo, em artigo publicado em julho de 1823 no periódico *La Muse Française*, elogiava Walter Scott. A seu ver, em lugar de o romancista escocês empregar seu talento em mesquinhas intrigas e impróprias aventuras, preferia aliar a minuciosa exatidão das crônicas à grandeza da História, cumprindo, assim, seus deveres para com a nação:

Peu d'écrivain ont aussi bien rempli que Walter Scott les devoirs du romancier relativement à son art et à son siècle; car serait une erreur presque coupable dans l'homme de lettres que de se croire au-dessus de l'intérêt général et des besoins nationaux, d'exempter son esprit de toute action sur les contemporains, et d'isoler sa vie égoïste de la grande vie du corps social. (HUGO, 1837 apud COULET, 1992, p.244)

Esse tipo de consideração por certo não passou despercebido aos olhos dos que desejavam que o romance nacional viesse a tratar de temas elevados que pudessem servir aos projetos nos quais estavam envolvidos. Considerando-se o caráter “popular” que nesse período era atribuído ao romance, é de se imaginar que se cogitasse a possibilidade de ele servir como veículo de vulgarização da história da nação e, conseqüentemente, de estímulo ao sentimento de pertença a ela. Não é de se estranhar, pois, que Walter Scott pertencesse à reduzida galeria de autores preferidos por esses homens. Provavelmente imaginavam que pudesse vir a servir de modelo aos escritores brasileiros ou mesmo ganhar as graças do público leitor, fazendo brotar o gosto por exemplares nacionais semelhantes que porventura viessem a surgir. No entanto, até pelo menos a década de 40 tinha-se a impressão de que o romance histórico ainda não tivera voga por aqui, fato este que levava certos críticos a se lamentarem:

Entre nós começa o romance apenas a despontar: temos tido esboços, tênues ensaios ligeiros que já muito promettem; mas ainda ninguém manejou, que o saibamos, o romance histórico e o romance filosófico; [...] E contudo o romance histórico pode achar voga entre nós; tem uma actualidade que não deve desprezar. As investigações históricas a que deve proceder quiçá trarão luz sobre alguns pontos obscuros que homens devotados à história do paiz buscam hoje elucidar; pode tornar-se de envolta moralizador e poético se bem cair no preceito – Omne tulit punctum qui miscuit utile dulci. (DUTRA E MELLO, 1844, p.746)

Ao contrário do que afirmava Dutra e Mello na crítica acima, já haviam sido feitas algumas tentativas no domínio do romance histórico, como *O Aniversário de Dom Miguel em 1828*, e *Jerônimo Corte Real: Chronica Portuguesa do Século XVI*, ambos escritos por Pereira da Silva e publicados em 1839 e 1840, respectivamente. No entanto, tais narrativas não se ambientavam no Brasil, mas sim em Portugal. Caso consideremos que uma das intenções do romance histórico consistia em abordar a marcha geral das sociedades e das nações a partir da atuação de heróis nacionais, pode-se compreender porque a prosa de ficção de viés histórico produzida até então fora desconsiderada por Dutra e Mello. Comprometida com a exaltação de personagens portugueses ilustres, não servia, por certo, aos propósitos que se imaginava serem adequados ao romance brasileiro. O fato de as pesquisas sobre os documentos destinados a atestar o passado nacional ser muito recente, já que o IHGB fora fundado em 1838, complicava ainda mais a situação. Comparando o Brasil com algumas nações européias, Paula Brito, no prefácio ao romance *O Enjeitado*, notava-lhes a diferença a lamentava não possuírmos história semelhante à do velho continente, o que o teria obrigado a apresentar ao público “singelas narrações”:

(...) custará a crer, que nos apresentemos ao público com tão singelas narrações, mas nós, cuja vida é de ontem, cuja história é toda contemporânea, cujos anais ainda não estão escondidos no pó dos velhos cartapácios no fundo das bibliotecas, contamos só com o que vemos e ouvimos, emprestando-lhes apenas alguns vestidos.(...). (BRITO, 1839 apud SÜSSEKIND, 1990, p.173-174)

Talvez à espera de um passado ainda em processo de elaboração, o romance nacional teve que aguardar um pouco para ser histórico. Enquanto isso, o leitor pôde se deleitar com uma prosa ficcional que se desenvolveu sobretudo em torno de enredos sentimentais, conforme o comprova o sucesso dos romances de Joaquim Manoel de Macedo, devidamente ambientados na capital do Império. (AUGUSTI,1998)

Referências Bibliográficas

- [1] ABREU, Márcia. A leitura das Belas Letras. In: *Os caminhos dos livros*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.
- [2] ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. 1ª. edição: 1873. Disponível em : http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/didaticos/download/Como_e_porque_sou_romancista.pdf
- [3] AUGUSTI, Valéria. *O romance como guia de conduta: A Moreninha e Os Dois Amores*. 1998. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas, 1998.
- [4] BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: *Pesquisas de Retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1975.
- [5] BONENFANT, Luc. Chateaubriand et les moyens épiques de la poésie en prose. *Questions de style*, n° 4, 2007, p. 1-11, 27 mars 2007. Disponível em: <http://www.unicaen.fr/services/puc/revues/thl/questionsdestyle/dossier4/textes/1bonenfant.pdf>
- [6] BRITO, Paula. O enjeitado. Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 28 maio 1839. In: SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- [7] CHATEAUBRIAND, François-René de. Preface (Atala, 1801). In: COULET, Henri. (dir) *Idées sur le roman: textes critiques sur les roman français XII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992.

- [8] DUTRA E MELLO. A Moreninha. *Minerva Brasiliense*. Vol. 2, n. 24, Rio de Janeiro, 15 out. 1844, pp. 746-751.
- [9] GAMA, Lopes. O Vadiismo. *O Carapuceiro*, Recife, 17 jun. 1837. In: *O Carapuceiro: Crônicas de costumes*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- [10] PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Vicentina. *Guanabara, revista mensal, artistica, scientifica e litteraria* redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, p. 17-20, março de 1855.
- [11] SILVA, Pereira da. Os romances modernos e sua influência. *Jornal de Debates*, Rio de Janeiro, 23 set. 1837. In: SOARES, Marcus Vinícios Nogueira. Um texto esquecido: Pereira da Silva e a gênese do romance brasileiro. *Matraga: revista do programa de pós-graduação em Letras/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n. 15, 2003.
- [12] SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- [13] Victor HUGO. Sur Walter Scott (1834) In: COULET, Henri. (dir) *Idées sur le roman: textes critiques sur les roman français XII-XX siècle*. Paris: Larousse, 1992.

¹ **Valéria AUGUSTI, Prof. Dra.**

Bolsista DCR UFPA/CNPq/SEDECT/FAPESPA
Mestrado em Letras